Internet E Política

José Eisenberg
Professor Doutor do Departamento de Ciência Política _ FAFICH/UFMG

Palestra realizada na Escolado Legislativo em 30/11/99

Antes de mais nada, agradeço o convite e a oportunidade de discutir um tema de trabalho que me tem ocupado durante os dois últimos anos, isto é, a tentativa de refletir sobre o quanto o surgimento dos novos meios de comunicação e as novas tecnologias afetam, formatam, organizam, otimizam, prejudicam, atrapalham aquilo que conhecemos como política, como um conjunto de atividades que constituem a formação de consensos deliberativos no seio da sociedade.

Minha exposição é constituída de duas partes. Num primeiro momento, discutirei problemas teóricos relativos à maneira de se interpretar uma relação entre um meio de comunicação e a política. Num segundo momento, farei uma exposição um pouco mais prática sobre os tipos de desafios — relacionados com a formulação de políticas públicas — que surgem com a introdução de novos meios de comunicação.

A Internet exerce um grande fascínio sobre as pessoas e, obviamente, sobre os cientistas sociais, preocupados em entender a maneira como esse meio de comunicação transformará a vida das sociedades contemporâneas. No entanto, até o momento, a maior parte dessas preocupações têm sido relativas à regulamentação do meio de comunicação, ao modo como esse meio introduz novos problemas jurídicos, como, por exemplo, a questão do anonimato da pessoa que está "surfando" na Internet, ou seja, problemas que as políticas públicas devem enfrentar para regulamentar o meio. Durante a minha exposição, vou tratar da questão inversa: o impacto da Internet na política, e não a forma como a política organiza e regulamenta o meio.

As análises que temos até hoje sobre essa questão — que procuram, de alguma forma, explicar o impacto do meio sobre a política ou sobre as sociedades em geral — mostram-se, na sua grande maioria, extremamente otimistas em relação ao que esse meio poderá fazer para transformar as nossas sociedades. Alguns chegam a dizer que permitirá uma verdadeira revolução jeffersoniana, fazendo uma referência ao ícone da revolução americana e ao seu caráter democrático, ou seja, julgam tratar-se de um instrumento com características inerentemente democráticas, que possibilitará uma revolução na maneira como as pessoas se relacionam, na direção de uma sociedade mais democrática.

Outros procuram especificar um pouco melhor esse otimismo e falam na capacidade que a Internet teria, supostamente, de resolver alguns problemas, algumas crises contemporâneas relativas ao nosso sistema político, como a apatia eleitoral. A Internet se apresentaria como uma solução para esses problemas, na medida em que é possível conceber, por exemplo, que os eleitores não mais tenham de se afastar de casa, de ir até uma urna, num determinado dia do ano, a fim de votar, mas que votem em suas casas, por meio de seus computadores, invocando, dessa maneira, uma categoria muito utilizada na literatura, que, em português, normalmente traduzo como "democracia eletrônica", ou seja, a idéia de que o meio eletrônico se torna o meio do exercício da democracia. Em inglês, a expressão que temos para designar isso é cyber democracy, que faz referência à idéia do meio cibernético, à "ciberdemocracia", traduzindo diretamente para o português.

Os mais otimistas acreditam que a Internet é o prenúncio de uma nova grande época da democracia: a terceira onda democrática. A primeira teria sido a onda da ágora grega, do período de Atenas, na Grécia antiga, com a participação direta dos cidadãos na praça pública e na vida pública da cidade. A segunda grande onda seria representada pelo surgimento da democracia representativa no século XIX e pelo mecanismo do voto como solução para o fato de que as unidades soberanas são cada vez maiores em termos de números populacionais.

A Internet seria a terceira onda, em que o cidadão não mais precisa participar das decisões diretamente, na praça pública, votar em assembléias para deliberar sobre seus assuntos. Não precisa também eleger representantes, indo até uma urna eleitoral e delegando poderes de decisão política a alguém, mas participaria diretamente das decisões de governo, de sua casa, por meio do computador.

Todas as três formas de otimismo parecem-me precipitadas. Não estamos diante de nenhuma grande revolução, do prenúncio de uma nova era e, muito menos, de uma solução para a crise contemporânea, ou seja, para aquilo que se chama de crise da representação do sistema eleitoral.

Independentemente, porém, do grau de otimismo que temos com relação à Internet e ao seu papel na vida política, sabemos que haverá algum impacto. O nosso problema — como cientistas sociais — é tentar compreender que impacto é esse, o que acontecerá com a política, procurar entender o impacto desse meio, como meio de comunicação, a maneira como as relações políticas são formadas, de que modo as interações políticas acontecem, e como são institucionalizadas em mecanismos formais de resolução de conflitos e formação de consenso.

Devemos estar atentos para uma questão. Quando apresentamos o problema do impacto da Internet sobre a política, estamos falando sobre duas dinâmicas simultâneas. A primeira diz respeito à questão da inovação tecnológica. A Internet não é igual aos outros meios de comunicação conhecidos, como a televisão, o rádio, a imprensa escrita.

Portanto, devemos encarar esse problema sob o ponto de vista do impacto dessa inovação tecnológica específica e de como as características técnicas desse novo meio de comunicação influenciam, transformam, e dos potenciais que essas inovações técnicas abrem para uma reestruturação, para uma reorganização das relações políticas.

Outro problema — diferente, e ao qual precisamos prestar atenção — é o fato de que não é somente a inovação tecnológica que determina como a Internet vem impactando a vida política das sociedades. Outra questão se refere aos embates econômicos e políticos acarretados pela apropriação do meio, à formação do mercado da Internet, a formação dos agentes econômicos que se articulam ao redor desse meio, e à maneira como as políticas públicas regulamentam o mercado para a Internet. Esse conjunto de problemas mais sociológicos, menos técnicos, nesse sentido, também são determinantes na formulação de uma teoria sobre a forma como a Internet virá impactar a vida política das sociedades.

Vamos começar com algumas considerações preliminares sobre o modo de encarar, do ponto de vista da teoria política, o conjunto de relações sociais que a Internet pode ou não vir a impactar, positiva ou negativamente.

Parto do pressuposto de que a política é mais bem entendida como um conjunto de relações de adjudicação de conflito em sociedade e de formação de consensos, consensos que possam ser convertidos depois em decisões, em deliberações, que se convertem, subseqüentemente, em políticas públicas — maneiras pelas quais o Estado, nas suas diversas dimensões, age sobre a sociedade, intervém na sociedade, reorganiza relações sociais. Se olharmos para a política, portanto, como uma atividade que tem um vínculo necessário com o processo de formação de consensos, diria que podemos construir uma tipologia ou dividir o problema da formação do consenso em pelo menos quatro grandes áreas, quatro tipos de consensos diferentes em sua natureza e que, portanto, resultam em formas políticas distintas.

Aqueles que têm familiaridade com a obra de Thomas Hobbes — Leviathan —, do começo do século XVII, lembram que esse autor diz que a sociedade política, o soberano como tal, a autoridade política surge de um contrato entre as pessoas que saem do estágio de natureza, e acabam optando por entregar todos os seus direitos para esse soberano, porque elas têm medo de um estado de natureza que se caracteriza pela guerra de todos contra todos. É esse medo que gera o desejo de se submeter a essa autoridade, porque ela proverá proteção, segurança, instaurará a paz. Caracterizo o tipo de consenso com o qual Hobbes está trabalhando no Leviathan como um tipo de consenso autoritário. Explico por quê: a posição inicial dos agentes na formação desse consenso é a de medo. Um tem medo do outro. Portanto, as interações entre as pessoas que estão constituindo esse consenso são verticais. O indivíduo tem medo de alguém que, de alguma maneira, considera estar em uma posição superior à sua, pela capacidade de essa pessoa, de alguma maneira, causar-lhe esse medo.

Mais do que isso, essas interações são estratégicas, ou seja, quando se vai negociar a formação desse consenso para construir o soberano por causa do seu medo, agirá estrategicamente: vai pensar quais são os meios eficazes para se obter o fim que deseja, qual seja, o de suprimir o medo e instaurar uma situação de paz.

O que surge, portanto, de consensos autoritários desse tipo é uma afirmação da autoridade do soberano como tal e uma relação de obediência, necessária, entre aqueles que se tornam súditos depois do contrato com o soberano. E a instituição que se cria dessa forma é uma instituição dotada de autoridade, e em grande medida autoritária, no sentido do absolutismo da própria concepção hobbesiana, centrada na figura do Governo, daquele que de fato manda e tem autoridade.

Um segundo tipo de consenso, diferente desse, é o que chamaria de consenso comunitário. Qual é a diferença entre esse consenso e o primeiro? Numa situação de formação de um consenso comunitário, a posição inicial dos agentes não é de medo, de um em relação ao outro, mas sim daquilo que chamo de uma convergência moral. Há um conjunto de tradições comuns na nossa comunidade, um conjunto de valores que nos permite produzir um consenso com base nessas referências comuns, que têm como pano de fundo valores e tradições que constituem nossa comunidade. Nesse sentido, a interação na formação de um consenso comunitário não é vertical, mas horizontal. Todos estamos em uma mesma posição em relação a essas tradições, a esses valores. Essa forma de interação, no entanto, ainda é estratégica, porque, na formação do nosso consenso, vamos buscar os meios para um fim também, qual seja, a manutenção, a reprodução dos valores e tradições que temos. Portanto, se no consenso autoritário temos uma interação que é vertical e estratégica, no consenso comunitário temos um consenso que é horizontal, porém ainda estratégico.

Em vez de se afirmar a autoridade do soberano na construção desse consenso, afirma-se a identidade da comunidade: quem nós somos. Portanto, o momento institucional fundamental não é o do Governo, daquele que efetivamente manda, mas sim o dos costumes, daquelas normas que somos obrigados a seguir, porque derivadas dos nossos valores, das nossas tradições.

O terceiro tipo de consenso seria o consenso liberal. A posição inicial dos agentes no consenso liberal não é nem de medo, um em relação ao outro, nem pressupõe a convergência moral. As teorias liberais que surgem no século XVII, como as de Locke, são fruto fundamentalmente de uma situação de cisão religiosa na Europa entre protestantes e católicos. As nações estão divididas em relação àquilo que constitui a referência aos valores, às tradições. Portanto, o problema central, a posição inicial dos agentes na produção de um consenso liberal, é uma posição de tolerância mútua.

Não queremos dividir-nos em duas comunidades, logo, precisamos encontrar um consenso, encontrar maneiras de conviver em situações nas quais vamos tolerar-nos mutuamente e aceitar nossas diferenças. A interação, nesse caso, entre os agentes, produzindo consenso, é vertical, porque todos estão dispostos, de alguma maneira, a tratar o outro como alguém inferior ou superior a quem se deve tolerar. O protestante em relação ao católico, no século XVII, não é igual, é melhor ou pior, dependendo da perspectiva de que se olha. Portanto, as interações são verticais nesse sentido. A interação, no entanto, não é mais estratégica, porque não existe mais um conjunto de meios que se possa estabelecer, em comum com as outras pessoas, para os mesmos fins. Temos fins diferentes, afinal de contas, e vivemos em universos morais completamente distintos. A interação, portanto, nesse caso, tem de ser vertical, por causa da relação de assimetria, mas tem de ser comunicativa: tem de tratar o que o outro está dizendo pelo valor do que ele diz, e não simplesmente instrumentalizar o outro para seus fins.

Em vez de se ter uma atitude de afirmação de autoridade, como no caso do consenso autoritário, ou de se ter uma afirmação da identidade, como se tem no caso do consenso comunitário, nesse contexto não se tem afirmação de nada, não existe algo comum que possa ser afirmado. O que se tem é uma negociação efetiva. E o princípio fundamental que regulamenta essa negociação é a não-interferência, o princípio liberal por excelência. Vamos negociar normas que, de alguma maneira, façam com que uma pessoa não possa interferir na vida de outra, e esta não possa interferir na daquela. Assim, a própria idéia central da moralidade do liberalismo é a idéia da liberdade como aquele conjunto de coisas que se pode fazer sem que ninguém interfira.

Portanto, nem governo e nem costumes são afirmados como instituições. A instituição fundamental, produzida pela construção de um consenso liberal, é a lei, perante a qual somos todos iguais, que cria, na medida em que silencia sobre determinadas coisas, o espaço daquilo que podemos fazer sem interferência alheia, criando direitos que tenho perante os demais.

O quarto tipo de consenso é o deliberativo. A posição inicial dos agentes está mais associada às sociedades complexas contemporâneas. Não estamos divididos entre valores e costumes determinados por paradigmas religiosos. As nossas cisões e divisões são bem mais profundas. As sociedades são diferentes culturalmente. As pessoas têm raízes e tradições étnicas distintas, vêm de países diferentes, como migrantes de várias regiões, conglomerando-se nos grandes centros urbanos. Esse contexto de complexidade extrema — característica das sociedades contemporâneas — faz com que a posição inicial dos agentes não seja de tolerância, de convergência moral ou de medo, mas de divergência política substantiva. Divergimos sobre a forma como a vida política da sociedade deve ser conduzida.

Como se dá a interação, nesse caso, na tentativa de produção de um consenso? A exemplo do que ocorre no consenso comunitário, a interação precisa ser horizontal. Não posso tratar os outros de maneira assimétrica, mas como pessoas diferentes de quem sou. Não posso assumir nada, com exceção do fato de que alguém é diferente de mim. Na medida em que somos diferentes, as nossas relações precisam ser construídas de maneira horizontal.

Essas relações precisam ser também comunicativas, e não estratégicas. Se alguém tratar o outro como um meio para o seu fim, agindo estrategicamente, essa diferença será eliminada. Para construir um consenso em que a diferença é mantida, é necessário considerar tudo o que a outra pessoa diz, não como um instrumento para os seus objetivos, mas como algo que tem um valor em si mesmo. Portanto, temos entre nós uma interação comunicativa na construção desse consenso. E, aí, a instituição resultante desse processo é sutilmente diferente da lei. Enquanto a lei produz a esfera dos direitos, aquelas coisas que, de alguma forma, tenho garantidas pelas instituições públicas e que produzem a esfera das minhas liberdades, no caso do consenso deliberativo, a instituição central é aquilo que chamamos de procedimento. O que se estabelece são certos procedimentos discursivos, por meio dos quais podemos buscar a formação de um consenso: como se deve falar em público, como se deve pronunciar e enunciar suas posições, quais são as regras que irão reger a forma de se apresentar certas opiniões em público.

Assim como no consenso liberal, fazemos uma negociação — existe uma diferença fundamental: não existe uma afirmação de alguma coisa, seja da autoridade ou da entidade, mas sim uma negociação. O pressuposto central, no entanto, a questão central não é a não-interferência, como no contexto do consenso liberal. Aqui, nós estamos buscando maneiras de efetivamente intervir na sociedade, com o objetivo de construir os espaços necessários à preservação e à afirmação das nossas diferenças e à construção de simetrias.

Temos uma longa história política que explica, sociologicamente, como se desenvolvem esses três primeiros tipos de consenso a que me referi, isto é, o autoritário, o comunitário e o liberal. O quarto já é uma categoria menos transitiva sob o ponto de vista empírico. Não há casos concretos ou teóricos em que se tenha discutido a formação dos consensos deliberativos sob o aspecto histórico. Portanto, esse quarto tipo de consenso funciona no contexto dessa tipologia que lhes estou propondo como um horizonte normativo. Seria maravilhoso se tivéssemos a capacidade de construir sociedades políticas a partir de consensos deliberativos. Evidentemente, esse não é o caso empírico em questão.

Fomos lá atrás, na teoria política, construindo essa teoria de consensos. Para quê? Agora, vamos jogar a mídia nessa brincadeira. Vamos jogar os meios de comunicação, os instrumentos utilizados pelas pessoas para a construção dos consensos. A primeira mídia a ser lembrada é a própria oralidade, pois construímos consensos conversando uns com os outros. Essa é a forma menos "midiática" de interação. Existem outros níveis de mediação, introduzidos por diversos e diferentes meios de comunicação na construção desses consensos. Estamos partindo do pressuposto de que a mídia não é neutra nesse processo. Um consenso será diferente — se o instrumento de mediação para a sua formação for a imprensa escrita — de um consenso formado por pessoas assentadas numa sala, discutindo oralmente o problema. Será diferente também se o meio de comunicação for o rádio. E, obviamente, se o meio for a Internet, a formação desses consensos também mudará.

O problema não é simplesmente encarar a mídia como distorção. Não é que ela atrapalhe, crie ruídos no contexto da produção de consensos, mas sim que transforma estruturalmente a produção desses consensos. Quero partir desse pressuposto, ou seja, podemos pensar numa certa politicidade da mídia, do meio de comunicação em questão, determinando alguns filtros, que estruturam e determinam que tipos de consensos são possíveis, são prováveis no contexto da sua introdução. O problema central é determinar o papel político na etapa da recepção da comunicação. Se pensarmos numa relação de comunicação entre o emissor, a mensagem e o receptor, é justamente no nível do receptor, na chegada da mensagem, que essa politicidade se vai colocar.

Existem algumas perguntas, para as quais, necessariamente, não tenho respostas. No entanto, levam-nos a pensar que esse quadro teórico seja útil numa reflexão entre mídia e política. Se os agentes têm medo um do outro, a presença de uma determinada mídia ou de outra diminui esse medo mútuo? Tenho mais medo de uma pessoa na sala de aula, que me ameaça, ou de uma pessoa que faz uma ameaça pública pelo rádio? Não sei. Parece-me, no entanto, que o medo entre as pessoas está, de alguma forma, determinado pelo contexto midiático em que essa comunicação é feita. Se existe uma convergência moral entre os agentes, no caso do consenso comunitário, a presença da mídia enfraqueceria o consenso moral, essa convergência de valores e costumes, ou o fortaleceria? Como a mídia altera processos pelos quais as pessoas constroem aquilo que chamam de valores e tradições comuns?

Se existe tolerância mútua, como no caso do consenso liberal, a mídia aumenta a tolerância ou gera mais intolerância? Os cidadãos, assistindo à televisão e vendo a polícia, num gesto racista, como no caso americano, bater em um negro indiscriminadamente, sentirão alguma diferença assistindo isso ao vivo, ou pela televisão? Faz alguma diferença, do ponto de vista do quanto se tolera a atitude do policial e de quanto o policial tolera ou não aquele que é o sujeito da sua violência?

Existe um conjunto de problemas que precisa ser investigado. Não é nosso propósito, aqui, cobrir a investigação em todos esses meios de comunicação ou saber como eles surgiram na história e, de alguma forma, afetaram esses processos de formação de consenso. O nosso interesse aqui é a Internet, exclusivamente.

Mas é desse ponto de vista que estou sugerindo que temos de olhar essa questão. Qual é a característica da Internet, então, como meio de comunicação? Diria que a sua principal característica é o fato de ela simular uma simultaneidade entre oralidade — a conversa oral, face a face — e a escrita — a relação mediada pelo papel. Não existe nada mais paradoxal e, ao mesmo tempo, mais verdadeiro, do que a idéia de que se "conversa" pela Internet. Não se fala com ninguém, escreve-se para a pessoa. No entanto, os recursos lingüísticos de que a pessoa se apropria, as formas da linguagem de que se utiliza para produzir o diálogo, são as formas orais. E, nesse sentido, a característica fundamental da Internet, como meio de comunicação, é a de introduzir uma simultaneidade entre o momento oral, não mediado, e o momento escrito, mediado, da comunicação.

A Internet faz outras coisas também: uma home page não é igual a uma troca de e-mail. Uma home page simula, em grande medida, o que a imprensa escrita faz. É um jornal, é um panfleto, é um boletim que está lá postado. A sutil diferença é que comprar uma máquina off-set e publicar um jornal custa muito, construir uma home page custa pouco. E, de novo, poderíamos pensar em outras maneiras de que a Internet se apropria. Gostaria, no entanto, de sugerir que o que a Internet tem como meio de comunicação é um certo caráter sintético. Ela se apropria das características inerentes aos outros meios e as reproduz, de maneira simulada, porque não possui as características próprias daqueles meios. O caso da televisão é um pouco mais complicado, evidentemente, porque não estamos numa era de tecnologia de informática que permita ainda, efetivamente, ao cidadão comum, acessando a Internet, assistir a eventos ao vivo. Estamos chegando lá. É uma questão de tempo do ponto de vista técnico.

Portanto, teremos também um momento em que a Internet simulará a televisão. Ela já simulou o rádio. Com certeza, é possível ouvir transmissão de rádio ao vivo pela Internet, hoje.

Uma vez entendida essa característica específica da Internet, e esclarecido o ponto de vista teórico a partir do qual temos de encarar a relação da Internet com a política e a politicidade do meio, estaremos em condições de olhar, de cima, para o plano da interação mediada, ou seja, para uma interação que tem um meio de comunicação interposto entre os agentes. Que tipo de rede de relações se constrói quando as interações são mediadas pelos diversos meios, em particular, pela Internet?

O conceito de rede tem uma história antiga, e acho que vale a pena nos apropriarmos desse termo, de alguma maneira, para designar qualquer estrutura social na qual as relações se consolidam, se sedimentam e em que, portanto, se torna possível construir uma representação cartográfica, se se quiser, que mostre como essas relações estão construídas. É possível imaginar um público que está organizado de uma determinada maneira, numa certa rede. Que tipo de rede os diferentes tipos de consenso tendem a produzir? É a primeira questão. Que tipo de rede produz o consenso autoritário? Qual seria a situação social pública mais típica de uma situação em que o consenso formado é autoritário? Isso aqui é um consenso autoritário: vocês não me escolheram para que eu viesse falar aqui. Vim porque a Ruth me convidou. Ela decide. Essa rede aqui é típica de um consenso autoritário. Vocês aceitam vir aqui assistir a essa palestra. Nesse sentido, a audiência, como figura, seja audiência do político no palanque, seja a audiência numa sala de aula, a audiência como tal é o símbolo de uma situação consensual. As pessoas que assistem a algum evento consentem naquela situação, mas não participam do processo deliberativo, que, portanto, é autoritário.

Que tipo de rede produz o consenso comunitário? O nome, por si, já "entrega". Produz uma comunidade, a idéia de um conjunto de relações concêntricas, que começam na família, que vão à vizinhança, ao bairro, e criam, portanto, essa idéia de comunidade, alguma coisa que tem uma vida, no sentido orgânico, porque ela está imersa nessas relações concêntricas. O consenso liberal produz um tipo de rede que hoje chamo de sociedade. Uma sociedade não é uma comunidade, e não é uma audiência evidentemente. Uma sociedade, para supor uma pluralidade de agentes, não tem a necessidade sequer de uma integração orgânica deles. A própria idéia do Estado-nação, como cristalização e materialização do aspecto político da sociedade, denota o aspecto liberal dessa rede.

Por fim, que tipo de rede forma o consenso deliberativo? É aí que a rede da Internet talvez nos sirva, pelo menos, como uma inspiração, para pensar se há um outro tipo de rede que esteja associada a esse horizonte normativo a que fiz referência, que é a idéia do consenso deliberativo.

Quem sabe a Internet, na medida em que constrói relações mais horizontais e comunicativas, não se presta à formação de redes que constituiriam um novo tipo de estrutura, de articulação das interações associadas ao ressurgimento daquilo que uma determinada literatura resolveu denominar esfera pública? Quem sabe se a Internet não cria um espaço público, um lugar onde as pessoas possam debater, de maneira horizontal e aberta, o problema da formação de consensos? Até aqui, parece-me que estamos comprando a conversa otimista a que fiz referência no início da palestra. Não é isso, necessariamente. No entanto, existe algo com relação ao meio, que já sugere, pelo menos, um potencial nesse sentido. Não sabemos se esse potencial será realizado. Essa é uma questão que teremos de abordar em breve.

Percebam como os meios de comunicação estão associados a esse tipo de rede. A idéia de audiência está associada à idéia do rádio. A televisão, obviamente, reproduz esse aspecto da audiência. O rádio, como a televisão, é um meio autoritário por excelência, do ponto de vista da construção da relação de comunicação, porque o receptor de uma determinada mensagem nunca pode manifestar-se de volta, ou seja, ele silencia.

No caso da comunidade, a imprensa escrita parece ser um órgão que, de alguma maneira, cristaliza esse aspecto da comunidade como uma rede. Nela, opiniões são expressas, e as pessoas se manifestam, e os editoriais, supostamente, incorporam os valores, as normas e as tradições de uma comunidade.

A idéia de sociedade está colada à idéia da televisão, se pensarmos em relações unívocas. Estou fazendo uma brincadeira teórica para tentarmos criar algumas intuições que, não necessariamente, implicam uma relação unívoca. Não quero dizer que as sociedades têm televisão, e que a televisão implica formação de sociedades, de imprensa e de comunidade. De alguma maneira, a partir dessa tipologia de consenso, a idéia de sociedade é a própria idéia da televisão, que constrói, na verdade, uma diversidade de programas e canais, em que as diferentes pessoas que olham para o mundo, por perspectivas diferentes, em um mundo plural, escolhem o que querem e optam pelo que desejam. Todos se toleram mutuamente. Ninguém pode reclamar que determinado canal transmite um programa de que não gosta, se pode, sempre que quiser, mudar de canal.

O desafio teórico é: a Internet é efetivamente o meio por excelência para a formação de redes em que o consenso é deliberativo, ou não? O otimismo em relação à Internet é justificável, ou não? A Internet faz uma coisa engraçada: apropria-se da idéia de televisão, na medida em que utiliza a idéia dos canais, porque se pode optar por onde navegar, o que reproduz o aspecto da escolha que a televisão contém. Simula a interação face a face da comunidade, em relação à própria idéia das trocas de e-mail entre pessoas privadas, na Internet. Agiliza o panfleto da imprensa, porque podemos produzir a nossa home page e escrever o nosso panfleto. Potencializa o aspecto da autoridade da informação do rádio, uma vez que não se consegue mais estabelecer quem tem, efetivamente, a autoridade de informação ali.

Olha-se para duas home pages na Internet e vê-se como é difícil saber qual delas é o resultado de um movimento ecológico de que 400 mil pessoas participam ativamente, e qual é a que resulta do trabalho de duas pessoas que, em sua casa, escreveram o panfleto. Não se tem um modo de determinar qual é a autoridade que cada evento comunicativo carrega na Internet. De alguma maneira, portanto, ainda está indeterminado em que a Internet se transformará, sob o ponto de vista da organização das relações interativas. Com certeza, ela tem esse momento sintético, absorvendo o que os outros meios de comunicação fazem. Mas não sabemos em que isso se transformará, e se o fato de se construir um horizonte formativo, democrático e baseado na idéia da deliberação entre iguais, é válido. A questão, sob o ponto de vista prático e central, além dos problemas das lutas políticas que precisamos enfrentar para alcançar esse objetivo, que é prático sob o aspecto da engenharia institucional, é saber como criar mecanismos participativos institucionalizados e como construir, a partir dessa interação deliberativa consensual, instituições que facilitem isso e coíbam ações em direção contrária.

Antes de se resolver a maneira como produzir mecanismos institucionais dessa natureza para a Internet, tem-se de solucionar uma questão anterior. A política da Internet é a da cidade, do Estado, da Nação, do globo? De alguma maneira, é preciso decidir se a Internet é um instrumento capaz ou não de potencializar e otimizar esse aspecto democrático da vida da sociedade contemporânea. Isso se dará em um nível local ou global? A motivação desse momento anterior à análise, antes de olharmos a questão específica e mais concreta dos mecanismos institucionais, resulta da própria terminologia que vem sendo usada para se falar sobre a Internet, que estaria traduzindo a expressão do inglês e que, infelizmente, no português, estaria expressando a propaganda de emissora de televisão. No entanto, a expressão, no inglês, é global village. No português, é "aldeia global". É triste pensar que essa expressão está associada, em nosso caso, a uma empresa. A idéia da "aldeia global" procura sintetizar dois momentos ou duas instâncias que estariam presentes na construção da Internet.

Primeiro, ela conecta, mais do que nunca, pessoas do globo inteiro, muito distantes umas das outras, e, por outro lado, aparentemente, diminui as distâncias entre essas pessoas, dando-lhes, pelo caráter informal da comunicação, a sensação de que estão numa aldeia, onde vivem juntas, numa comunidade pequena na qual interagem. Daí essa idéia meio paradoxal de "aldeia global". Interagimos na Internet como se fosse uma aldeia, como se estivéssemos muito próximos. Somos extremamente informais, mas ao mesmo tempo estamos, em qualquer lugar do globo, muito distantes uns dos outros. Duas pessoas vizinhas, que moram em Belo Horizonte, na mesma rua, quando trocam e-mails estão tão distantes quanto uma pessoa que está aqui e outra na China, do ponto de vista da maneira como se comunicam. Nesse contexto, esse é o sentido da expressão "aldeia global". Não há grandes regras, há algumas características inerentes ao meio que a levam a formar esse tipo de interação expandida e ao mesmo tempo retraída no contexto da aldeia.

A agilidade, o custo reduzido, os recursos que a Internet cria — essa combinação de impessoalidade, custo reduzido e agilidade — quando aliados ao caráter impessoal da relação, porque a pessoa está escondida atrás de uma tela de computador, na qual inventa um nome se quiser, incentivam as pessoas a expandir as suas redes de interação cotidiana para além do círculo de pessoas com as quais se comunicavam por meio de contatos ao vivo.

É freqüente encontrar pessoas que estão gradualmente substituindo em suas vidas as interações face a face com as pessoas com quem elas coabitam em determinado ambiente físico por interações amorosas e amizade via Internet. A Internet estimula isso, otimiza esse tipo de tendência de procurar expandir ou buscar relações de interação cotidiana entre pessoas extremamente distantes, as quais, talvez, nunca se encontrem fisicamente.

Por outro lado, as relações tendem a ser mais horizontais na Internet, porque ela ainda passa por um momento em que não existem laços institucionais que medeiem essas relações. Não há grandes regras, não são necessários grandes cadastros para participar de alguma interação via Internet. É razoavelmente pouco burocrático, pois são instantâneos o acesso à Internet e a participação nesse círculo de interação.

Diria, no entanto, que a expressão "aldeia global" é hiperbólica. Ela nem é tão global assim, porque quem participa da Internet são os membros dos países desenvolvidos e as elites dos países subdesenvolvidos, ou seja, a grande massa da população humana do globo terrestre está absolutamente excluída desse processo. E nem é tão aldeia assim, uma vez que esses recursos horizontais de interação que ela cria são efetivamente controlados por instituições públicas e privadas que impõem regras e hierarquias a esse meio, as quais são bastante similares àquelas que estruturam outras relações.

Não se entra num chat room criado na hora em que se quiser. Fazer isso é bem mais complicado. Entra-se nos chat rooms que a American on line e a Universo on line disponibilizam. Os temas para essas discussões já estão predeterminados. Muitas vezes, há mediadores, e existe um conjunto de hierarquias próprias à Internet, instituições que impõem essas hierarquias, que não nos permitem falar que se trata de uma aldeia simétrica onde nos sentamos e batemos um papo. A Internet não é um boteco.

Ainda assim a expressão indica dois aspectos importantes das transformações que o meio introduz: o fato de que a localidade geográfica da pessoa no globo perde importância, como ponto de referência, e o fato de que as interações simulam a coloquialidade nas interações face a face.

Sob o ponto de vista do alcance global, vale lembrar que, desde o século XIX, temos tido avanços na tecnologia dos meios de comunicação que conduzem a essa situação. A primeira invenção desse tipo foi o telégrafo, que já permitia a comunicação a grandes distâncias, muito maiores do que aquelas que se conheciam. O telefone foi mais além ainda, ou seja, a Internet não é uma revolução, um momento de ruptura. É o resultado de um processo gradual, evolutivo, no qual existem antecedentes, existem processos anteriores à Internet que fazem parte de uma mesma dinâmica de transformação.

A pergunta mais interessante a respeito da idéia de aldeia global não é decidir o quanto "aldeia" ou o quanto "global" ela é, mas que efeito será preponderante. À medida que a Internet se institucionalizar, ela será um instrumento tendente a otimizar e a priorizar, na construção das suas instituições, o aspecto global da constituição de relações entre pessoas muito distantes e a inclusão das pessoas no globo como um todo? Ou o aspecto mais importante é o fato de que as relações se tornarão cada vez mais cotidianas e coloquiais nesse meio, de tal maneira que o meio resistirá a essa institucionalização, a essa hierarquização associada a relações de pessoas a distância?

A natureza retórica, meio hiperbólica, da expressão de certa maneira ofusca um problema central importante. Trata-se de saber se o nosso projeto, se o nosso horizonte normativo é pensar em como utilizar a Internet para otimizar, o que parece ser alguma coisa que ela permite, a formação desses consensos deliberativos. Se esse é nosso objetivo, devemos buscar fazer isso na construção de redes globais, ou na construção de redes locais? Em outras palavras, qual é a unidade político-territorial concreta, no mundo contemporâneo, que deve ser o ponto de partida para uma reflexão sobre o papel político da Internet: é a cidade ou é o globo, o conjunto da população terrestre?

Poderia tentar discutir isso teoricamente. Não creio que haja tempo, nem acho que tenha um comentário muito lúcido a fazer. Na minha opinião, as experiências concretas dos últimos vinte anos de utilização da Internet em contextos de política demonstram empiricamente que essa reflexão deve ter como ponto de partida o local. Pensar a relação entre Internet e política é pensar o papel da Internet na política urbana dos grandes centros e das unidades políticas locais. Os experimentos mais interessantes estão nesse plano, no mundo inteiro. Os tipos de atividade e de políticas públicas desenvolvidos pelas autoridades municipais urbanas prestam-se melhor a esse tipo de esforço democratizante a partir do uso da Internet.

Entramos na segunda parte da exposição com a discussão sobre a maneira como isso se processa. Tratarei, basicamente, de quatro áreas de atuação ou quatro grandes campos nos quais esse tipo de intervenção é possível, é plausível de se imaginar, ainda que não necessário. O primeiro grande campo é o de prestação de serviços, via Internet, pela administração pública, e de circulação de informação pública. O segundo grande campo é o das interações da sociedade civil, dos movimentos sociais. O terceiro seria o que chamamos de democracia eletrônica, e o quarto, a democratização do acesso à Internet.

O campo da administração pública, da prestação de serviço de informações via Internet, talvez seja a área na qual cidades, Estados e nações mais tenham experimentado o uso da Internet. Durante a década de 80, no início da expansão da Internet, este era o seu principal uso. O primeiro esforço de toda cidade ou do poder público confrontado com a Internet era colocar uma home page no ar, na ficha técnica da administração, com os endereços eletrônicos de contato e, às vezes, a agenda cultural, a biografia do Prefeito e a do Governante. Uma home page com uma cara mais institucional. Obviamente, do ponto de vista da democratização, o impacto desse tipo de inserção na Internet por parte do poder público é bastante limitado. Amplia a quantidade de informação disponível ao cidadão e, na melhor das hipóteses, pode centralizar algum tipo de informação sobre atividade cultural na cidade, mas, para isso, temos jornais e outros meios que fazem a mesma coisa. Temos, pois, de pensar além disso. E, se formos fazê-lo, encontraremos alguns experimentos interessantes que podem ser utilizados pela Internet para fins de administração pública.

Um exemplo disso é o caso das últimas eleições, no Brasil, quando aquele que quisesse acompanhar os resultados eleitorais ao vivo podia fazê-lo na home page do TRE e do TSE. Situações como a que aconteceu na eleição do Brizola, no Rio de Janeiro, na brincadeira dos dados processados pela empresa de informática, tornam-se impossíveis num contexto em que o TSE coloca no ar, a cada hora, um novo boletim, permitindo que as pessoas acompanhem a apuração das eleições.

O acompanhamento da pauta de decisões do Legislativo também se torna mais visível no contexto da sua disponibilização via Internet. A própria Assembléia caminha nessa direção. Na esfera do Executivo, há milhões de maneiras de se resolverem problemas burocráticos, rotineiros. Na Prefeitura, por exemplo, o pagamento do IPTU, a requisição de segunda via de um requerimento poderiam ser feitos por meio da Internet. Da mesma forma, o acompanhamento de obras: maior transparência na execução de obras, pelo Executivo, pode ser obtida pela Internet. Eventualmente, poderemos pensar em pagamento de tributos por meio da Internet. Tudo isso facilitaria o controle fiscal e também evitaria o deslocamento do próprio cidadão.

Os problemas jurídicos são inúmeros, mas o problema central, no qual esbarra qualquer projeto de política pública desse tipo, ainda é o elemento de segurança. Ninguém confia na Internet. Com razão, ninguém quer colocar o número de seu cartão de crédito ou uma informação pessoal financeira na Internet, à disposição de qualquer inteligência que domine a área da computação, e poderá usá-los sabe-se lá para qual fim. O problema da segurança vem evoluindo, os métodos têm avançado, e eu, pelo menos, já confio na Internet para fazer compras. Parece-me menos arriscado. Quando, porém, entramos no mérito das relações do cidadão com o poder público, como pagamento de tributos, matéria jurídica ou relações com o Judiciário, fichas criminais, e outras dessa natureza, essas informações requerem um nível de segurança que talvez o comércio eletrônico ainda não tenha. Não entrarei em detalhes no tocante a experiências originais, mas o primeiro grande experimento foi aquele realizado em Santa Mônica, na Califórnia, nos Estados Unidos. Existem alguns outros, realizados na Europa, no mesmo sentido.

No Brasil, a declaração de imposto de renda já passou por uma reforma desse tipo. O contribuinte pode fazer sua declaração via Internet. As Assembléias Legislativas disponibilizam mais informações. Algumas cidades já têm sites que contêm informações completas sobre as atividades de suas Secretarias e de seus órgãos. Alguns oferecem dados socioeco-nômicos completos da região. Belém possui um banco de dados muito interessante. Enfim, existe um avanço nessa área, e ele depende, fundamentalmente, da construção de mecanismos de segurança que permitam que o cidadão substitua sua interação face a face com os órgãos públicos por relações mediadas pelo computador, o que, obviamente, está fora das minhas mãos como cientista social.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil, também é possível pensar na Internet como uma fonte e um potencial de democratização das relações nessa sociedade. Ela pode contribuir para ampliar a esfera de atuação dos movimentos, facilitar a ação coletiva de, pelo menos, cinco maneiras. Primeiro, a Internet reduz o custo institucional e organizacional da ação coletiva. Para se convocar uma reunião, não se precisa ficar três horas ao telefone, tentando encontrar todos os membros de uma associação, de uma comunidade de bairro. É mais fácil convocá-los, enviando-se um e-mail a todos. Também fica mais fácil divulgar informações, boletins, notícias sobre atividades que vêm sendo realizadas. Facilita-se a coordenação de protestos simultâneos em diversas localidades. Vários aspectos da Internet potencialmente reduzem o custo institucional e organizacional da ação coletiva.

Em segundo lugar, ela reduz o custo de participação. O agente que decide participar de alguma atividade coletiva no seio da sociedade civil tem um custo, está sujeito a sacrifícios financeiros, e há um tempo que se perde. Esses custos, em alguma medida, a Internet pode reduzi-los. Os dirigentes de um movimento que querem passar uma lista, um abaixo-assinado em apoio ou em repúdio a uma determinada legislação, discutida no órgão legislativo, poderão fazê-lo pela Internet, o que requer, do ponto de vista do custo para os agentes que participam do movimento, muito menos esforço, tempo e dinheiro, do que se essas pessoas precisassem ir às ruas, parar nos semáforos e tentar contato com os transeuntes, convencendo-os a assinar o documento.

Terceiro, a comunicação eletrônica facilita a formação de novas identidades coletivas, de novos movimentos sociais que não se formariam fora desse contexto. A Internet cria espaço para alguns tipos de discussão temática, em que os interessados estão tão longe uns dos outros, do ponto de vista físico, que jamais se organizariam para formar um movimento social relativo àquela questão temática que exigisse presença física.

A Internet, de alguma maneira, suavizaria, e, às vezes, até eliminaria os tipos de hierarquia interorganizacional que se teriam formado em movimentos sociais. Quem já participou de movimentos sociais sabe que aqueles que detêm informação, que coordenam, que negociam com as outras partes, aqueles que entram no processo institucional do movimento social de uma maneira mais integral acabam por monopolizar a agenda do movimento, numa tendência oligarquizante, digamos assim, de qualquer organização. A Internet, de alguma maneira, subverte isso, cria possibilidade para que a informação circule constantemente entre os membros do movimento, de tal forma que cria um elemento de resistência, talvez, a essa tendência oligarquizante interativa de uma organização coletiva.

Por fim, a Internet contribuiria também para que o movimento social avaliasse a repercussão da situação, o feedback: ouvir da sociedade o que ela pensa, na medida em que acompanhar a discussão, os comentários associados ao movimento, catalisa essa informação de maneira muito mais ágil que sair passando questionários, ou tentando, de alguma maneira, saber pela imprensa como as coisas repercutem.

Entretanto, não sejamos tão otimistas assim. Essa diminuição de custos para participação na Internet é acompanhada também de uma limitação nas formas de ação possível. Não se pode fazer uma passeata na Internet. Pode-se passar um abaixo-assinado, fazer um protesto por escrito, mas não é possível fazer uma passeata nem saquear. Não se pode jogar pedra nem fazer muitas coisas que um movimento social faz.

O "Sem-Terra" é um movimento que, evidentemente, não pode "funcionar" na Internet, se uma das suas bandeiras de luta é a ocupação de terras. Esse potencial democratizante que funciona como horizonte normativo tem uma contrapartida muito grande na limitação do que efetivamente se pode fazer como ação coletiva ou ação política na Internet.

De novo, experimentos desse tipo abundam. A cidade da Filadélfia, nos EUA, foi uma das primeiras a realizar esse tipo de experiência. Vale apenas mencionar que, no caso de experiências no Brasil, existe um site chamado www.sindicato.com.br, que tem uma lista de 160, 180 sindicatos, mas opera um mural de informações, nada mais que isso.

A experiência mais significativa no Brasil, no sentido de organização da sociedade civil, de construção de redes da sociedade civil na Internet, é o que se conhece como Rede de Informações do Terceiro Setor — RITS —, sem fins lucrativos, com apoio da UNESCO, do BID, organizada pelo Comunidade Solidária, do Governo Federal, que, basicamente, conglomera e facilita a interação entre movimentos sociais, mas com uma ressalva: a RITS é direcionada para organizações não governamentais — ONGs.

Convido a todos a ler a Lei nº 9.790, de 23 de março deste ano, que regulamenta as entidades de interesse público da sociedade civil, as ONGs. Sindicato não entra, nenhuma organização ideológica com propósito de transformação social entra. Consideram-se apenas as entidades de promoção da assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação e da saúde nutricional e alimentar, meio ambiente, voluntariado, combate à pobreza. Enfim, a definição estreita de ONG, com a qual a RITS trabalha, significa que um corpo gigantesco daquilo que é movimento social, atividade política no seio da sociedade no Brasil, hoje, está excluído, evidentemente, desse projeto. Mas o projeto não deixa de ser louvável na sua estrutura.

O terceiro campo é o da democracia eletrônica. E aí temos de pensar basicamente o problema da democracia eletrônica sob duas perspectivas: a primeira, formal, e a segunda, informal. A formal diz respeito ao voto e à deliberação sobre fatos, via Internet. Só há um projeto no mundo, até hoje, financiado pela Comunidade Européia, nesse sentido. É um projeto chamado "Péricles", desenvolvido pela Universidade Técnica de Atenas, que basicamente está fazendo experimentos em algumas Prefeituras na Grécia, para produzir moções públicas, com uma coleta mínima de assinaturas eletrônicas, projetos de lei que são obrigatoriamente introduzidos na pauta do Legislativo, quando se obtém esse número de assinaturas; votações eletrônicas sobre projetos que são submetidos ao Legislativo para referendum da população; votações eletrônicas para anular decisões governamentais já tomadas, enfim, um conjunto de medidas formais de democracia eletrônica.

Quase nenhuma Prefeitura na Grécia concordou em participar desse projeto. Os receios são óbvios. O Legislativo e o Executivo, nesse contexto, perdem algo que lhes é próprio em uma democracia contemporânea, que é o poder associado à formulação da pauta, à aprovação e à execução daquilo que é legislado. Se pensarmos em um contexto como o brasileiro, então, a idéia de democracia eletrônica formal soa quase absurda. Como pensar que em um país como o Brasil, onde metade da população é quase analfabeta, e 99% da população nunca viram um computador nem sabem como usá-lo, que as decisões e deliberações efetivas relativas à vida do cidadão possam ser tomadas por aqueles que podem e sabem acessar um computador? Obviamente, do ponto de vista brasileiro, isso é um horizonte normativo para o quarto milênio, talvez.

No entanto, existem outros mecanismos da democracia eletrônica chamados informais. O que são eles? A história mais paradigmática nesse sentido aconteceu no Estado de Minnesotta, nos Estados Unidos, onde se criou um projeto chamado "E-Democracy", que consiste basicamente em um conjunto de informações sobre processo legislativo, com lista e discussão para cada um deles. O cidadão pode discutir aquele processo e participar dele juntamente com os legisladores, que têm uma atuação compulsória nessas listas. Além disso, há um conjunto de mecanismos para aferir a opinião pública, o qual consiste em apresentar questionários e perguntas por meio da Internet, para que o Legislativo e o Executivo saibam a opinião da população a respeito de tais projetos. Enfim, é um conjunto de recursos informais que, de alguma maneira, aprimoram os instrumentos democráticos, uma vez que dão um caráter de maior legitimidade, perante a sociedade, às deliberações tomadas normalmente pelo Executivo e pelo Legislativo.

Vale lembrar que o Estado de Minnesotta tem cinco milhões de habitantes, todos eles, provavelmente, com formação, no mínimo, universitária, o que, evidentemente, facilita um projeto dessa natureza. E, mais do que isso, vale lembrar que o último Governador eleito naquele Estado, um cidadão chamado Jesse Ventura, ex-lutador, participante de programas de luta livre na televisão, venceu a eleição usando a Internet como principal instrumento. Ele organizou sua campanha quase exclusivamente via Internet, levantando, como uma de suas grandes bandeiras, o compromisso de fazer discursos, informando a população, diariamente, sobre suas ações, por meio da Internet. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a Internet parece ter uma rede de mecanismos informais capazes de produzir uma democracia eletrônica, facilmente se entrega a usos populistas, cujo exemplo típico acabo de dar.

No caso brasileiro, em algumas localidades — e Minas Gerais é um caso particular —, temos instrumentos formais já instaurados de participação da sociedade civil no processo de formação de políticas públicas, como é o caso do orçamento participativo, um projeto em curso em Belo Horizonte, há quase uma década, que agora está sendo implementado no plano estadual. Na medida em que o orçamento participativo é um mecanismo formal de participação política, é possível imaginar maneiras de se utilizar a Internet para aprimorar esse instrumento formal: acompanhamento das obras executadas pelo OP, informações e dados socioeconômicos georreferenciados, que contribuam para que a população e os que participarão do OP possam deliberar sobre as melhores estratégias e negociações para construir um consenso para a aprovação de um projeto no orçamento par-ticipativo. Pode-se, assim, pensar em mecanismos informais de democracia eletrônica que venham apoiar os meios de deliberação formal existentes, dos quais a população participa.

O quarto bloco talvez seja o mais importante para o nosso caso nacional: a democratização do acesso à Internet. De que adianta falar da Internet como meio de comunicação importante para a construção da vida política da sociedade, se hoje, no Brasil, existem apenas três milhões de usuários, e mais de 150 milhões de habitantes? De nada adianta um meio democrático, se o acesso a ele não é democrático. Sendo assim, o poder público precisa pensar em estratégias para torná-lo mais democrático, caso espere, de alguma maneira, que seja utilizado para a ampliação e institucionalização dos instrumentos da democracia.

Esse problema apresenta dois aspectos. Democratizar o acesso, em primeiro lugar, significa ter o computador, o hardware, a infra-estrutura física necessária para se acessar a Internet. Em segundo lugar, precisamos do software, não no sentido da máquina, mas no sentido do humano, ou seja, da capacidade de se usar o conhecimento dos recursos técnicos para se acessar a Internet. Resumindo, precisamos do elemento educacional e da infra-estrutura física, para a democratização. O fato de vivermos em um País em que apenas três milhões de pessoas acessam a Internet não deve ser motivo ou escusa para abandonar a idéia de que a Internet pode democratizar as relações. Na verdade, se estivéssemos na década de 50 discutindo o papel da televisão nesse contexto, provavelmente imaginaríamos que a população brasileira jamais teria acesso a esse instrumento, que era domínio de gente rica.

Lembro os dados da FENASOFT da SIMONSEN, divulgados na Exame do mês passado, em um encarte especial. Em julho de 1998, havia 1,5 milhão de pessoas usando a Internet no Brasil. Seis meses depois, havia mais um milhão. A Internet cresce em velocidade explosiva, no País. Há dez anos, havia milhares, não milhões. Se fôssemos desenhar o gráfico de ampliação e expansão de um meio de comunicação como a Internet, essa curva seria exponencial nesse momento, mas se amenizaria mais adiante, diminuindo o número de novos usuários a cada ano. Entretanto, estamos muito longe desse momento, especialmente se a tendência do preço da estrutura física é continuar a cair na velocidade em que está caindo. A estratégia das empresas de informática é criar computadores cada vez mais rápidos, pelo mesmo preço do mais lento, com um software que não será rodado, caso o computador não seja trocado. Existe, portanto, uma estratégia no mercado para impedir que os preços caiam, mas o nível de competitividade desse mercado, pelo menos fora do Brasil, como é o caso do americano, que é mais competitivo, faz com que os preços continuem a despencar de maneira drástica.

Se formos, porém, continuar pensando em democratização do acesso, do ponto de vista da infra-estrutura, a primeira questão que se apresenta é essa: se sou estatístico e rodo programa de estatística, preciso, realmente, de um computador muito bom, muito poderoso, que possa rodar a quantidade de dados de que necessito; mas, se quero usar o computador para acessar a Internet, pagar as minhas contas, conferir uns livros, assistir a um jogo, ouvir uma música ou um programa de rádio, não necessito de um computador de ponta para isso. Provavelmente, no contexto atual, a maior parte das aplicações na Internet são viabilizadas por um computador 486, que, no mercado secundário, tem um valor irrisório, se comparado ao preço de um computador novo. Todos somos levados a comprar Netscape, Internet Explorer, enfim, esses grandes navegadores colocados no mercado pelas grandes indústrias. Nesse mesmo mercado, no entanto, existe um navegador de Internet chamado "Ópera" que cabe em um disquete e faz tudo o que os outros fazem. Não nos devemos iludir com o fato de que as estratégias do mercado de informática visam a transformar, cada vez mais, o acesso à informática em algo possível apenas à população que possui os US$2,000 necessários a seu custo. É possível imaginar meios de apropriar-se dessa infra-estrutura física de maneira mais barata, no mercado secundário de computadores velhos, ao qual a população pode ter acesso.

Outra questão central, sob o ponto de vista físico, refere-se ao fato de que não basta um computador para se ter acesso à Internet. É preciso que esse computador esteja conectado a uma linha telefônica, com uma conta no provedor de acesso privado, pagando-se, por mês, cerca de R$25,00 ou R$30,00, o que, no orçamento de alguém que ganha salário mínimo, não é pouco. Como democratizar isso? A Comuna de Bolonha desenvolveu o seguinte projeto: um provedor público de acesso. A Prefeitura montou um provedor e colocou-o à disposição de seus moradores, desde que provassem morar naquela localidade. Isso pode ser feito no Brasil? Não sei. A Prefeitura de Porto Alegre tem um provedor operado como um provedor privado com relação ao cidadão, que pode comprar seu serviço a preço de mercado. Na melhor das hipóteses, ela funciona como agente regulador de mercado, impedindo que os preços estourem. Mas é plausível que as cidades, no Brasil, comecem a criar provedores públicos de acesso?

A tendência recente do mercado de provedores privados no País mostra uma crescente oligopolização e nacionalização desse mercado. Se tomarmos por base os provedores de Belo Horizonte, onde fizemos uma pesquisa recente, veremos que, no dia em que iniciamos a pesquisa, havia 47 provedores na cidade, e que, um mês e meio depois, esse número tinha caído para 35.

Isso significa que os grandes provedores estão começando a comprar, às vezes por meio do sistema de franquias, os provedores menores, criando, portanto, um mercado de provedores de acesso privado nacionalizado, mais forte e difícil de resistir, como agente do mercado, do ponto de vista de uma Prefeitura que decidisse criar um provedor público de acesso.

Mesmo a Prefeitura de Bolonha, por exemplo, tem inúmeros processos na Justiça contra ela, por estar, de alguma maneira, criando um monopólio sobre determinado mercado, que deveria ser privado. Portanto, não é tão fácil assim, por mais tentador que pareça.

O custo de criar um provedor qualquer de acesso à Internet é irrisório. Os dados levantados no relatório setorial do BNDES, que saiu no semestre passado, mostram que o capital necessário para iniciar o serviço de provedor de acesso privado para 1.750 usuários é de R$200.000,00, o que representa um custo baixíssimo para o tamanho dessas empresas e a sua velocidade de expansão, caso sigam a trajetória de expansão dos últimos cinco ou dez anos.

Sendo assim, o custo não é o problema. O problema, talvez, seja o fato de que a inserção do poder público nesse mercado devia ter acontecido no começo do processo, pois, agora, quando o mercado se está oligopolizando e se nacionalizando, a capacidade de resistência às idéias desse tipo é muito maior.

Isso não significa que não podemos pensar em outras opções. Uma das mais populares é o ponto público de acesso, ou seja, a possibilidade de se criar locais a que a população possa ir e acessar a Internet de graça. Algumas tentativas com quiosques, como os Banco 24 horas, não deram certo. Primeiro, porque quem acessa a Internet não o faz em apenas dois minutos, mas em vinte; segundo, porque o equipamento requer um tipo de manutenção incompatível com o tipo de depredação sofrido por esses quiosques, sendo difícil imaginar uma estrutura arquitetônica adequada; e, terceiro, porque as pessoas querem assentar-se, ou o computador trava, o que não acontece tão freqüentemente com as máquinas de banco. Entretanto, ainda é possível pensar uma estrutura de pontos públicos de acesso. Uma delas é o uso de próprios públicos da Prefeitura, nas redes de escola, ou seja, utilizarem-se as escolas como uma estrutura para a introdução de pontos públicos de acesso à Internet.

O segundo aspecto é o da educação: as pessoas têm de aprender a usar a Internet. Como o poder público pode contribuir para isso? Nesse ponto, vale a pena fazer uma distinção: para que navegar na Internet? Muitos o fazem para se divertir. A maior parte das pessoas hoje usa a Internet para fins de comércio ou diversão. Se esse conjunto de propostas das diversas áreas começa a ter alguma pungência e a ser implementado pelos poderes públicos nas cidades, teremos demandas de uso da Internet diferentes dessa navegação diletante. Poderíamos até mesmo chamá-las de navegação cidadã, feita por pessoas que usam a Internet não para visitar sites de mulheres nuas ou para saber resultados de jogos de futebol de times da Europa, mas sim para viabilizar sua vida concreta, no cotidiano da cidade, ou seja, uma navegação vinculada ao exercício da cidadania.

É plausível, portanto, imaginar que possam ser construídas interfaces e modelos gráficos para a Internet, que facilitem e diminuam o número de requisitos necessários para o seu acesso por aquele cidadão com nível educacional mais baixo. É evidente que ensinar a um potencial usuário da Internet, com nível educacional baixo, o que ele deve fazer — como apertar Ctrl + Alt + Delete — quando seu computador trava; ou pegar um disquete que tem o Boot Sistem; ou resolver um problema de vírus no computador, seria pedir demais, se queremos agilizar o seu ingresso no sistema. Isso não quer dizer que essa pessoa não tenha direito a esse conhecimento.

No entanto, experiências em outros lugares, como Bolonha e Amsterdã, com a construção de interfaces que, por meio de ícones gráficos, facilitem o acesso da navegação cidadã, ou seja, aquela associada às atividades da cidade e ao exercício da cidadania, mostram-nos que isso pode ajudar bastante.

Esses modelos gráficos são todos baseados na idéia de construir o que chamamos de cidade virtual: uma representação quase em cartoon da cidade, com quarteirões que apresentam áreas de atuação, como o quarteirão da cultura, o quarteirão do pagamento do fisco, o quarteirão da saúde, de modo que a pessoa, por meio de ícones gráficos razoavelmente intuitivos, acessa as informações e os serviços que está buscando, sem saber usar um processador de texto, sem ter de saber o que fazer ou não fazer com um computador, como instrumento que, evidentemente, presta-se a outros usos também.

Parte desse processo de democratização do acesso à Internet, pela educação, implica a formatação e adaptação dos meios em si mesmos para um tipo de uso designado específico, que é essa navegação cidadã.

Por outro lado, tem-se um processo mais tradicional, que, evidentemente, não pode ser excluído. É preciso criar agentes que vão, como monitores, ensinar as pessoas. Se se vai ter um ponto público de acesso, é praticamente inconcebível pensar que esse ponto não exija uma pessoa para dar instruções, explicar o que se precisa fazer para se conseguir aquilo que se está buscando, ou resolver problemas que o computador possa apresentar.

Enfim, seriam quatro áreas de atuação possíveis. No entanto, não desprezo o otimismo demonstrado por aqueles que glorificam a Internet pelo seu potencial democratizante nem argumentaria contra ele. Esse potencial, de fato, existe, mas existe também na televisão e em qualquer outro meio de comunicação. Na medida em que o meio de comunicação privilegia relações horizontais na construção dessas relações ou dessas atividades comunicativas, não há por que não pensar que esse meio se possa prestar a uma democratização da sociedade.

O que está em jogo, efetivamente, é a luta política que existe pela apropriação desses meios. Se são apropriados privadamente, como foi a tevê americana, que é o modelo que seguimos no Brasil, ou se a televisão é apropriada publicamente, como foi na Europa, onde a maior parte das redes de televisão é estatal, isso evidentemente implica conteúdos bastante distintos, do ponto de vista da informação, da televisão.

Portanto, repetindo, o que está em jogo é a luta política e econômica por esses meios. Se o meio tem um potencial democratizante, como qualquer outro o tem, argumentaria com a simultaneidade da oralidade e da escrita que ele permite, e com a horizontalidade das relações, das interações, que cria. Esse meio talvez se preste mais a uma democratização da sociedade do que outros, aos quais o receptor da mensagem não pode reagir, como é o caso da televisão e do rádio. Pela Internet, pode-se reagir a qualquer manifestação. O receptor da mensagem pode interagir, automaticamente converter-se num emissor de mensagem no momento seguinte. Se isso vai acontecer ou não, não é uma luta política, mas histórica.

O nosso papel, como cientistas sociais, de alguma maneira preocupados com o problema da democracia, é, em grande medida, pensar o problema teoricamente, pensar as implicações práticas da questão teórica, para elaborar estratégias que permitam ao poder público interessado democratizar e utilizar esse instrumento para esses fins.

Retorno ao problema da elitização, no entanto, como última questão a ser tratada aqui. O desafio central que enfrentamos no Brasil, hoje pelo menos, é o da democratização do acesso à Internet. E considero fundamental, para isso, que estabeleçamos uma cisão conceitual, mas prática ao mesmo tempo, entre o que é um computador como instrumento de trabalho para os diversos fins a que se presta, desde fins estatísticos até fins de redação de texto, ou aqueles relativos à produção de apresentações em power point, por exemplo, aos fins que se presta como instrumento de comunicação entre pessoas e Internet. Para esses fins, o preço do equipamento pode ser mais barato, o preço do conhecimento necessário acumulado para acessar a Internet para uso do computador pode ser menor. Em outras palavras, de alguma maneira a estratégia fundamental que precisamos trabalhar é aquela que constrói uma referência na Internet como um bem público, e não como um serviço privado.

É quase irônico dizer isso nesse momento de privatizações que vivemos em nosso País. Fundamentalmente, porém, mesmo em lugares como os Estados Unidos, serviços como eletricidade e telecomunicações são privados. Lá o nome desses serviços é utilities, ou seja, "serviços de utilidade pública". Há regras próprias para eles. Também temos supostamente as nossas agências de regulamentação desses serviços.

A Internet não pode ser encarada como um bem de consumo. Se a encararmos assim, ela se tornará um produto exclusivo da classe média, que brincará com ela da mesma maneira que brinca com televisões, com rádios e com os outros eletrodomésticos que tem em sua casa.

A luta tem de ser travada encarando-se a Internet pelo papel que pode exercer na interação política nas sociedades contemporâneas, isto é, como serviço de utilidade pública. As estratégias que devem ser adotadas para disponibilizar esse serviço de utilidade pública evidentemente são objeto de disputa política. Há aqueles que entenderão que os serviços de utilidade pública devem ser privatizados, e as agências reguladoras do Estado devem assumir a sua regulamentação. Há ainda aqueles que argumentarão, numa visão ortodoxa nos dias de hoje, que esses serviços públicos têm de ser exercidos pelo próprio Estado, ou seja, é o Estado que tem de provê-los.

Não vou tomar posição nesse debate, porque não tenho convicção nem por um lado nem pelo outro. Independentemente, porém, de como se encara a gestão dos serviços de utilidade pública, a Internet deve ser vista como serviço de utilidade pública. Só assim poderá tornar-se efetivamente um meio pelo qual se faz política, e não simplesmente um meio de dominação política.